

# Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas

## Crossing the Atlantic Ocean: African ethnic groups in the Americas

*Gwendolyn Midlo Hall*

*“We are called, we are named just like a child is given a name and who, like a child, do not have a say in the choice of our own name.” (Possuímos um nome, recebemos um nome como qualquer criança, e, como crianças, não temos o direito de opinar na escolha do nosso próprio nome.)*  
– Olabiyi Yai. <sup>1</sup>

*“Qui se disent leur nation Bambara” (Eles dizem que sua nação é Bambara), retirado de um documento de venda de escravos em Lusiânia. <sup>2</sup>*

Três clássicos da literatura afro-americana foram publicados durante a segunda metade do século XX: *The Invisible Man*, de Ralph Ellison, em 1952; *Nobody Knows My Name*, de James Baldwin, em 1961; e *Roots*, de Alex Haley, 1976. Estas obras reproduzem um sentimento de anonimato entre os afro-americanos e refletem também a agonia e sofrimento de seus antepassados capturados, seqüestrados, escravizados, comercializados, trasladados e acorrentados em navios que cruzavam o Atlântico, e que, em seguida, eram explorados e aterrorizados por todo o Novo Mundo. Privados do seu passado, os afro-americanos tornaram-se invisíveis, estigmatizados e anônimos nas várias sociedades para as quais foram trazidos à força.<sup>3</sup> Utilizando novas perspectivas historiográficas, especialmente o cruzamento de informações organizadas em bancos de dados informatizados, o desafio deste trabalho é contribuir à recuperação da memória de antepassados dos afro-americanos, tornando-os visíveis nos vários países do continente americano.<sup>4</sup>

Alguns especialistas e o público em geral afirmam que se pode conhecer os ancestrais dos afro-americanos porque eram escravos. Curiosamente, como os escravos eram juridicamente considerados propriedades, há mais documentos disponíveis sobre eles do que sobre os homens livres. Tais documentos descrevem minuciosamente aspectos de suas vidas tais como: os nomes e os de seus respectivos senhores, a idade, seus ofícios, suas doenças, informações sobre famílias escravas, as origens, incluindo às vezes a sua etnia, e, finalmente, os seus valores de mercado. Há uma imensa quantidade de documentos — inéditos ou não — que trazem dados preciosos sobre a vida dos escravos nos países americanos e que estão à espera de estudos mais aprofundados. Os avanços na área de História permitem, hoje, reconstituir os laços de parentesco entre muitos dos africanos que vivem na África e seus descendentes afro-americanos. Para se ter uma noção do volume da documentação disponível, só com avanço nas técnicas de informação é que se tornou possível controlar o material existente, podendo-se obter uma idéia mais precisa do conjunto.

Os estudos sobre a escravidão nas Américas não podem prescindir das freqüentes alterações ocorridas nos diferentes contextos espaciais e temporais que se sucediam nos dois lados do Atlântico. A tarefa é complexa e difícil. Mesmo se desconsiderarmos o tradicional tráfico de escravos para o mundo islâmico através do Saara e do Mediterrâneo, e ao longo da costa oriental da África e Oceano Índico, apenas o tráfico através do Atlântico durou mais de quatro séculos consecutivos. O primeiro navio português aportou na região subsaariana em 1444, na Senegâmbia, onde embarcou africanos e os vendeu posteriormente em Portugal. Depois da conquista da América, os navios negreiros que faziam a rota do Atlântico continuaram levando escravos capturados na África para a Península Ibérica. Só durante a primeira metade do século XIX, já completando quatro séculos da atividade negreira, é que, paulatinamente, o tráfico foi considerado ilegal. Ainda assim, os então designados “trabalhadores por contrato” eram aprisionados e exportados para as Américas e Ilhas Atlânticas situadas no Golfo da Guiné.<sup>5</sup> Por quatro séculos, os escravos foram trazidos de regiões da África para vários pontos do continente americano. Os números e as porcentagens de etnias exportadas de cada região do continente africano variaram durante o período da atividade negreira. Por fim, as fontes primárias sobre o tema e a

bibliografia especializada flutuam basicamente entre cinco idiomas: inglês, francês, espanhol, português e holandês.

Os bancos de dados compostos a partir de fontes seriais em diversos países das Américas ultrapassam os limites da História local. Além de contribuir para os estudos sobre a diáspora africana, esta documentação traz elementos importantes para a História da África. Para se rastrear as diferentes etnias, o estudo da travessia atlântica não é suficiente. As viagens nos fornecem informações sobre os principais portos de embarque e sobre os lugares onde os negros eram comercializados assim que desembarcavam no continente americano. As etnias que partiam dos vários portos da África transformavam-se ao longo do tempo. Logo após o desembarque, os escravos eram revendidos e, conseqüentemente, transferidos para outras localidades, para outras regiões. Os estudos baseados nas fontes seriais produzidas nas Américas e organizadas em bancos de dados contêm registros que nos permitem recuperar informações referentes a recortes sexo-etários, bem como perceber a mudança nos padrões de composição do grupo ao longo do tempo e de acordo com a região observada. Estes estudos são importantes tanto para a História da América como para a História da África. Os padrões das etnias que aparecem nas Américas – durante um período determinado — podem ser úteis para ambos os continentes e apresentam uma margem de segurança bastante alta.<sup>6</sup>

O sentido em que se emprega o termo “nação” na documentação produzida nas Américas é múltiplo. Há uma escassez de estudos históricos aprofundados e conhecimento sistematizado sobre as etnias africanas no Novo Mundo, lacuna essa igualmente verificada na África.<sup>7</sup> É fácil confundir-se diante do número de designações que aparecem para se referir a uma variedade de populações ao longo de 400 anos de tráfico pelo Atlântico. Portanto, o significado das “nações” e a designação étnica variam no tempo e no espaço. Por exemplo, alguns especialistas se baseiam nos termos que os europeus que viajaram para a África utilizavam para definir as etnias no continente negro, embora transferir semelhantes taxonomias étnicas para a América seja bastante questionável. O *Louisiana Slave Database 1719-1820*, ferramenta sofisticada e detalhada sobre a escravidão, nos mostra que, quando os africanos eram vendidos pela primeira vez, as suas etnias raramente eram indicadas, e que, portanto, os escravos só passavam

a se definir etnicamente após alguns anos de vivência na América. Quanto mais tempo os africanos permaneciam na Lusitânia, mais freqüentemente suas etnias eram identificadas.

A toponímia e as etnias que nos informam sobre os indivíduos que saíram da África precisam ser cuidadosamente identificadas pelos especialistas. Entre os historiadores que estudam essa temática, um número diminuto considera etnia como sinônimo de tribo ou a trata como uma categoria imutável ao longo da história.<sup>8</sup> Tribo é uma categoria estática que remete à idéia de povos “primitivos”, implicando ainda a crença de que os africanos se identificavam de acordo com suas relações de parentesco, com o clã. Entretanto, as próprias referências que serviam para identificar os grupos variavam de acordo com o tempo e o espaço. No processo de formação dos Estados, por exemplo, a tradição matrilinear não raro se transformou em uma força desestabilizadora, especialmente nas sociedades onde havia a poligamia. As mudanças na hierarquia fundada no parentesco e na descendência ocorriam na medida em que novas políticas iam sendo criadas e, assim, demandavam o estabelecimento de novos laços de lealdade. Na região de Angola, ainda durante o século XVI, por exemplo, com intuito de destruir a força da matrilinearidade, os Jaga buscaram pôr termo ao poder das relações de parentesco evitando que suas esposas tivessem filhos, matando a ambos ou excluindo-os da comunidade. Com efeito, capturavam e adotavam crianças com as quais não tinham laços sanguíneos. Os homens da elite recorriam ao casamento com escravas como forma de anular ambições, exigências e conflitos entre as suas esposas. Na Alta Guiné, durante o século XVIII, o estado Bambara de Segu, em expansão, foi se constituindo e simultaneamente substituindo as filiações fundadas em grupos de idade e em lealdades pessoais pela descendência.<sup>9</sup>

Muitos africanos se identificavam com impérios antigos e mais recentes, reinos e outras organizações políticas de menor porte. Algumas etnias eram nomeadas de tal ou qual modo por outros grupos. Freqüentemente, os comerciantes de escravos se referiam aos grupos a partir da toponímia, incluindo nome de regiões, de portos, do litoral ou de lugares ainda mais específicos. Os portugueses, por exemplo, nomearam as Ilhas Bijagó em função dos povos que nela habitavam.<sup>10</sup> Em alguns casos, línguas do mesmo tronco poderiam ser transformadas em critério para identificar etnias,

mas não era a regra. Por exemplo, os Bamana e os Mandinga falavam línguas de origem Mandê, mas mantinham conflitos religiosos que resultaram na reiteração de identidades distintas, tanto nas Américas quanto na África.

Outro problema é a variedade de critérios adotados pelos comerciantes de escravos oriundos da Europa, tanto para identificar as etnias quanto para batizar os lugares na África. Os traficantes da Grã-Bretanha, por exemplo, referiam-se a toda a região da África Central Atlântica como Angola. Os documentos em língua inglesa identificam como angolanos todos os africanos daquela região, mas os anúncios de escravos fugitivos e as relações das casas de detenção listam etnias mais precisas no interior desse grande grupo. Já os documentos em espanhol e francês identificam os africanos desta região centro-ocidental como Congo – por exemplo, em 97% dos africanos originários da África Central Atlântica no *Louisiana Slave Database*, e em 93% na lista trabalhada por David Geggus referente a São Domingos no século XVIII. Nos documentos da Lusiânia para o período de 1719 a 1820, apenas 25 escravos foram identificados como Angola, dos quais 18 chegaram à região por meio da Carolina do Sul, trazidos pelo Dr. Benjamin Farar em 1783.<sup>11</sup> Não raro, documentos em espanhol classificam todos os africanos de uma dada região a partir da etnia mais conhecida do lugar. Proprietários de escravos em Valência, na Espanha, durante o século XV, chamavam as regiões da Senegâmbia pelo nome do maior grupo étnico da área – Jalofo a todo o norte da Alta Guiné; Mandinga a toda a área central da mesma região (da Gâmbia até o Rio Geba); e Sape a todo o sul da Alta Guiné.<sup>12</sup> Em Cuba, o nome de uma região da costa africana era utilizado como identificação para os *Cabildos de Naciones*, juntando povos diferentes, como o caso do *Cabildo de Carabali*, que incluía Ibo, de língua Kwa, e Ibibio, que falavam uma língua Bantu do Noroeste. Semelhante prática acabava por desarticular tanto os *Cabildo de Naciones* quanto as linhagens étnicas.<sup>13</sup> Documentos em português, tanto aqueles produzidos no Brasil como em Portugal, frequentemente identificavam os negros a partir dos portos de embarque na África,<sup>14</sup> ou, como no caso de Moçambique, a partir da região da qual eram exportados.<sup>15</sup> Algumas denominações escolhidas para se referir a uma área da costa africana ou a um determinado porto tinham significados múltiplos. Como veremos, Senegal era sinônimo de Jalofo, na Lusiânia, e, muito provavelmente, acontecia o mesmo em outras

regiões das Américas. Mina não eram apenas os escravos embarcados na feitoria de São Jorge da Mina (Elmina), mas sim uma designação que se referia a várias etnias ao longo do tempo e em diversos lugares.<sup>16</sup>

Já na América, quando se solicitava a alguns escravos que identificassem sua “nação”, estes freqüentemente faziam referência a um lugar, a uma aldeia. Tal atitude não significava, porém, que estes indivíduos não possuíssem laços e identidades mais amplas, ou que, ao invés, fossem homens que vivessem isolados. De fato, o isolamento entre os povos envolvidos no tráfico no Atlântico era um fenômeno raro. As redes de tráfico na África eram anteriores ao advento das rotas Atlânticas e cresceram significativamente depois que produtos de outras regiões foram introduzidos para serem trocados principalmente por escravos, crescimento este simultâneo ao de guerras, conquistas, capturas, aumento progressivo de escravizações e de populações devastadas por migrações e pela fome.

A variedade de padrões para a auto-identificação entre os escravos diferiu muito de região para região, tanto na África quanto nas Américas. Desta maneira, africanos da Senegâmbia que se autodefiniam como Jalofo, Mandinga, Bamana e Fula, e africanos que, mais ao sul, se identificavam como Fon/Alada/Ardra ou Nagô/Iorubá/Lucumi não podem ser tratados como aqueles que se identificavam de maneira mais restrita, especialmente em regiões onde o Estado não era desenvolvido ou apenas recém-existia – como, por exemplo, em Serra Leoa, na Baía de Biafra e na África Central Atlântica.

Um documento datado de 1802, de Opelusas, Lusiânia, fornece um bom exemplo: Celeste, crioula de 13 anos de idade, filha de um casal de escravos foi acusada de roubar o seu senhor munida de uma machadinha, quase matando-o. Quando seus pais foram chamados para depor, ambos mencionaram que não sabiam suas idades e que não tinham religião alguma, o que pode ser um indício de que seguiam o islamismo. O pai, Zambo, definiu sua “nação” como sendo “Mandinga” — há poucas dúvidas acerca da etnia de Zambo, ele era um Mandiga. A mãe afirmou que sua “terra” era Yarrow (Jarrow?), como seu nome.<sup>17</sup> Yarrow Mahmout fora escrava em Maryland e vivera muito tempo praticando abertamente o islamismo. Muito provavelmente, Yarrow tinha um significado religioso.<sup>18</sup>

É verdade que os significados destes nomes mudaram de acordo com o tempo e o lugar ao longo de quatrocentos anos. Porém, o fato de um

grupo de pessoas serem identificadas por outro não diminui a importância e o aspecto de que vários eram os critérios para a autodefinição. Ainda durante os primeiros anos da presença africana na Lusitânia, Le Page du Pratz, diretor da Companhia das Índias, percebeu que os Jalofos eram denominados “Senegal” pelos colonos franceses, ao mesmo tempo em que os africanos insistiam em se identificar como Jalofos entre si.<sup>19</sup> Por certo, os africanos mantinham laços identitários, tanto na África quanto nas Américas. Negar a existência de identidades étnicas na África e assumir que as muitas e variadas designações encontradas na documentação produzida nas Américas não eram dali originárias, mas criadas no Novo Mundo, é fato ainda mais lamentável do que não ter identidade própria. Semelhante procedimento nega a História destes homens e os transforma em seres sem vida própria, invisíveis em relação a seu entorno.

O processo de adaptação dos africanos se deu de diversas formas e dependeu de inúmeros fatores: dos padrões de introdução dos africanos, da composição e porcentagem das etnias, das proporções entre homens e mulheres; do tempo que levavam para se reproduzir; da presença e do grau de influência dos indígenas; do grau de mistura racial; das condições ambientais favoráveis ou não ao desenvolvimento de quilombos; das estratégias de repressão e organização militar utilizadas pelas elites; além de outras derivações dos meios de controle social implementados, uma vez que estes esbarravam nas tradições religiosas, nos costumes e no desenvolvimento da economia. A miscigenação se desenvolvia de maneira qualitativamente diferente na África e nas Américas. Na Alta Guiné, os primeiros afro-portugueses, seus servidores e os descendentes de ambos os grupos, se estabeleceram nos principais enclaves coloniais ao longo da costa, nos rios e nas feiras do continente. Em Cabo Verde, se desenvolveu uma língua crioula que acabou sendo introduzida na Costa da Guiné, mesmo permanecendo o Mandê como a língua principal para a efetivação das trocas. Em livro editado em 1627, Alonso de Albuquerque Sandoval escreveu:

The Wolofs, Berbesies [Serer], Mandingas [Mandingos] and Fulos [Fulani] can ordinarily understand each other, although their languages and ethnicities [*castas*] are diverse, because of the extensive communication all of them have had with the damnable sect of Muhammed, no doubt to the great confusion of the Christians... Among them the Man-

dingas are innumerable, being spread throughout almost all the Kingdoms, and thus knowing almost all the languages.<sup>20</sup>

Os especialistas se impressionam com o número de designações étnicas entre os africanos e as mudanças de significados que elas apresentam ao longo dos séculos e das diferentes regiões de ambas as margens do Atlântico. Todavia, pode-se avançar nos estudos se partirmos de um número restrito de etnias que são mais freqüentemente mencionadas na documentação americana, mesmo que em alguns momentos os seus nomes possam variar. Há neste material indícios de que tais designações foram dadas pelos próprios africanos e não pelos seus traficantes.

Apesar dos sinais que apontam para a existência de identificação dos grupos de africanos que participaram da Diáspora, os estudos sobre as etnias africanas nas Américas foram, com algumas exceções, negligenciados durante as três últimas décadas. A tese de Mintz e Price, publicada pela primeira vez em 1976, influenciou largamente os trabalhos sobre o tema.<sup>21</sup> O seu ponto central era a diversidade de etnias e o acaso no processo de distribuição dos grupos introduzidos na América. Entre as suas virtudes, destaco a importância dada ao início do processo de adaptação africana no Novo Mundo, embora deva ressaltar que o estudo não sugere nenhum padrão presente em semelhante processo. Todavia, a conclusão mais influente do trabalho de Mintz e Price não se sustenta devido a falhas na metodologia utilizada. Os autores não levaram em consideração o tempo da travessia e calcularam as porcentagens das viagens dos negreiros que através do Atlântico chegavam ao Suriname a partir de vários pontos do litoral africano, generalizando os resultados equivocados. Daí concluíram que a influência de etnias africanas de uma dada região era insignificante na formação de uma cultura afro-americana. A percepção dinâmica e as análises comparativas, que consideram as mudanças ao longo do tempo e do espaço, revelam que há padrões arraigados, enquanto uma percepção mais estática fornece a falsa impressão de que o acaso era um agente fundamental e que os padrões de adaptação eram diversos, uma vez que africanos de uma mesma região e etnia desembarcavam em vários pontos da América em grandes quantidades. A tese de Mintz e Price diminuiu o interesse nos estudos sobre as etnias africanas nas Américas, e trabalhos desse tipo tornaram-se uma espécie de heresia, sendo seriamente ignorados pela maioria dos especialistas.



Os estudos de historiadores nos Estados Unidos, elaborados por minorias e ou mulheres que faziam referência às etnias africanas, nunca ganharam o destaque merecido.

Recentemente, um crescente número de africanistas, de especialistas do tráfico de escravos e da diáspora africana vêm demonstrando interesse sobre os padrões de introdução dos africanos de vários lugares e etnias por todo o continente americano. Tais estudos indicam que os africanos pertencentes a um grupo e oriundos de um mesmo lugar permaneciam reunidos na América, não havendo maior fragmentação. Esta conclusão foi reafirmada com a publicação de um banco de dados que relaciona séries de fontes maciças produzidas por traficantes de escravos e por outro banco de dados que reúne vários tipos de documentos produzidos nas Américas.<sup>22</sup> As novas ferramentas permitem refinar os estudos acerca dos padrões da chegada de africanos em tempos e espaços diversos, bem como suscitam outras questões importantes que envolvem o entendimento do tráfico de escravos e da escravidão nas Américas. Os novos bancos de dados nos auxiliam a evitar o problema de desconsiderar o tempo e o espaço, prevenindo distorcer uma história em si mesma bastante complexa.

Os bancos de dados históricos permitem observar melhor os processos de adaptação dos africanos nas Américas e ultrapassar os limites impostos pelas evidências empíricas até então utilizadas. Até bem pouco tempo, as interpretações baseavam-se apenas em narrativas de viajantes, relatórios administrativos que continham distorções da realidade e que refletiam os interesses particulares, produzidos por pessoas mais ou menos informadas ou pelos funcionários da burocracia colonial. Havia também uma vasta produção bibliográfica que apresentava teses a partir das informações contidas nestas fontes. Muitas conclusões foram aceitas como verdades absolutas e incorporadas por historiadores, passando de uma geração a outra. Creio que os bancos de dados constituídos por documentos manuscritos apresentam um grau considerável de objetividade e, adequadamente sistematizados em séries, podem apartar a História do niilismo próprio da escola pós-moderna, que nega a verdade histórica, subjetivando-a e reduzindo-a à condição de crítica literária.

Renomados historiadores de língua inglesa, dentre os quais Michael A. Gomez, Martin M. Klein, Robin Law, Paul Lovejoy, Patrick Manning e

David Robson, reconhecem a importância das designações étnicas africanas que aparecem nos documentos americanos. Isto não se dá por simples acaso, uma vez que todos eles são especialistas na história de regiões da África onde desde muito existiam Estados com grau significativo de desenvolvimento, como na Senegâmbia, Costa da Mina e Baía de Benin. Joseph C. Miller, que se deteve sobre a África Central Atlântica, onde as diferentes etnias não eram bem identificadas pelos documentos – pelo que, termos como “Congo” e “Angola”, largamente utilizados nas Américas, referem-se a uma grande variedade de povos —, chama a atenção para a necessidade de se contextualizar as interpretações que postulam uma continuidade cultural entre os africanos trazidos para a América. John Thornton, igualmente um especialista na história da África Central Atlântica, verificou uma certa continuidade lingüística e cultural entre as regiões africanas exportadoras de grande número de escravos, bem como a permanência destes agrupamentos em regiões americanas.<sup>23</sup>

Um certo número de especialistas dos Estados Unidos e da França defende a tese de que as designações étnicas africanas não dizem nada a respeito dos próprios africanos e de sua cultura, uma vez que, afirmam eles, trata-se de construção dos europeus, missionários, antropólogos e funcionários coloniais com intuito de gerar conflitos entre os africanos submetidos ao seu governo quando do início da colonização no final do século XIX. As motivações políticas desta tese são compreensivas. Lembremos que a Guerra Fria representou um período de conflitos bélicos, uma vez que as potências mundiais disputavam o uso de seus aliados africanos em guerras, colocando-os uns contra os outros. Os conflitos étnicos continuam se aprofundando e ainda são manipulados para garantir a exploração dos recursos naturais da África e para destruir e mutilar as organizações sociais, dizimando sua população. Os conflitos étnicos continuam sendo alimentados e promovidos por estrangeiros, dentre os quais os comerciantes de armas e empresas multinacionais que se aliam às elites e a líderes africanos promissores que facilitam a exploração de pedras preciosas, ouro, petróleo, minerais e outras fontes de riqueza.

Os especialistas que negam a existência de identidades étnicas africanas para o período anterior à efetiva colonização da África, por vezes reconhecem que tais conclusões se baseiam em estudos de regiões onde o tráfico de

escravos não assumiu maior importância, como o sul do continente. Ainda assim, alguns deles projetam suas conclusões para os últimos quatro séculos e para tratar de regiões das quais uma parte significativa da população foi arrancada para as Américas, concluindo que as identidades africanas eram apenas uma invenção européia imposta aos nativos. Ora, o tráfico atlântico de escravos é não apenas anterior à colonização, como também ocorreu fundamentalmente em regiões onde os europeus só conseguiram estabelecer um precário domínio sobre áreas litorâneas, basicamente nas fortificações e nos portos situados no Índico e no Atlântico, ou ainda restringindo-se aos navios ancorados — a África Central Atlântica configurou uma exceção. Em Moçambique, em 1820, depois de mais de três séculos e meio de dominação, os portugueses estavam confinados à costa e não tinham permissão para entrar nos territórios Macua e Iaô. No ano de 1857, os Macua baniram os traficantes portugueses que tentaram invadir seu território e ameaçaram atacar os enclaves coloniais lusos. O governador português fez um acordo para não capturar escravos (então denominados trabalhadores por contrato) evitando, assim, o confronto.<sup>24</sup>

As identidades étnicas sempre existiram na África e interagem não apenas antes do período colonial, mas igualmente antes do estabelecimento do tráfico pelo Atlântico. Um grande especialista senegalês, Cheikh Anta Diop, chama a atenção para a presença de uma unidade básica entre os africanos e seus descendentes, mas não nega a existência de identidades étnicas.<sup>25</sup> Boubacar Barry afirmou que na Senegâmbia de antes do advento do tráfico atlântico

people switched ethnic groups and languages. There were Toures, originally Manding, who became Tukolor or Wolof; Jallof, originally Peul [listado como Poulard nos documentos da Lusitânia documents], became Khaasonke; Moors [listed as Nar or Nard in Louisiana documents] turned into Naari Kajor; Mane and Sane, originally Joola surnames, were taken by the Manding royalty of Kaabu. There was, in short, a constant mixture of peoples in Senegambia, destined for centuries to share a common space. Senegambia, in some respects, functioned like a vast reserve into which populations in the Sudan and the Sahel habitually poured surplus members. In their new home the immigrants created a civilization of constant flux... Nowhere in this Senegambia...

did any Wolof, Manding, Peul, Tukolor, Sereer, Joola, or other ethnic group feel they were strangers.<sup>26</sup>

Desprezar a História e a existência de diversos grupos sociais africanos nas duas margens do Atlântico reforça o hábito de se tratá-los de maneira genérica, distanciando-os e desumanizando-os aos olhos dos europeus e americanos e rompendo os laços que uniam os africanos entre si e aos seus descendentes americanos. Se se quer entender a maneira pela qual os europeus denominaram africanos de diversas etnias e de várias regiões ao longo dos anos, cremos que a informação mais segura é aquela que indica a maneira pela qual os africanos se identificaram nas Américas. Óbvio, a auto-identificação étnica não era freqüente na documentação produzida na África e nas Américas durante o século XVIII e no início do XIX.<sup>27</sup> Porém, o *Louisiana Slave Database* lança uma luz sobre as maneiras por meio das quais as etnias eram identificadas. A documentação que restou aponta para a auto-identificação e, mais raramente, para a circunstância de outro africano definir a etnia. Os casos mais típicos de auto-identificação envolviam escravos que testemunhavam nos julgamentos realizados nas cortes. Estes processos, na maior parte das vezes, eram contra escravos fugitivos ou envolvidos em revoltas e conspirações. Quando os depoentes prestavam juramento e eram submetidos a interrogatórios, onde havia perguntas padronizadas, era comum indagar: “Qual a sua nação?” Quando solicitados a identificar outros escravos, freqüentemente a “nação” era um dos aspectos importantes da descrição que faziam. Como havia um número significativo de africanos da mesma origem regional e étnica vivendo por toda a Lusiânia, mentir na corte poderia acarretar sérios problemas. Na medida em que era freqüente que os africanos fossem multilíngües, o idioma utilizado pelos recém-chegados dificultava a deturpação das informações. Algumas vezes os africanos se identificavam com grandes etnias, e não era raro que encontrassem grupos na América com os quais estabelecessem algum tipo de relação identitária. Porém, a grande variedade de etnias existente na Lusiânia, conforme demonstra a documentação, poderia dificultar, mas não eliminar semelhante possibilidade.<sup>28</sup>

Nos testamentos e nos registros de compra e venda de escravos, documentos que listam e oferecem dados sobre os cativos na Lusiânia, os notá-

rios afirmavam ser impossível identificar a “nação”, uma vez que os escravos não sabiam informar. Alguns exemplos: Quebra “não conhece sua nação”; Marie “não sabe qual a sua nação”; Francine, mulher de 23 anos, da Guiné, “não conhece o nome de sua nação”. Apesar disto, padrões mais globais são revelados pelo *Louisiana Slave Database*, os quais demonstram que os africanos possuíam identidades étnicas. É interessante observar que, quanto maior o tempo de permanência na Lusiânia, tanto maior era a possibilidade de que um escravo reconhecesse sua identidade africana. Assim, quando os recém-chegados eram vendidos, apareciam nas listas como bruto ou boçal (recém-chegados da África) e sua etnia raramente era identificada, estando eles com uma idade média de 19.2 anos (amostragem = 2,867 escravos). Quando a identidade étnica era conhecida e os escravos não eram classificados como bruto ou boçal, a idade média subia para 26.4 anos (amostragem = 3,946 escravos), sendo que a maior parte era constituída por cativos revendidos que viviam na Lusiânia há sete anos em média. Quando aparecia a identidade étnica nos inventários *post-mortem* dos seus senhores, a idade média era de 34.6 anos (amostragem = 5,309 escravos) e os escravos já habitavam a Lusiânia há aproximadamente 15 anos. A idade média dos africanos que sabiam sua identidade étnica era de 31.3 anos (amostragem = 10,181 escravos).

Os cativos que tinham semelhante identidade especificada somavam 17.1% dos escravos contabilizados nos testamentos (amostragem = 31,399 escravos); 9% dos contabilizados nos documentos de venda (amostragem = 50,124 escravos); e 9% dos que aparecem listados em todos os outros tipos de documentos (amostragem = 926 escravos). Portanto, as identidades étnicas dos africanos eram duas vezes mais freqüentemente registradas nos testamentos — isto é, depois da morte dos senhores e quando atingiam uma idade média bastante superior à daqueles que aparecem nos registros de compra e venda. Apesar dos traficantes de escravos saberem das preferências étnicas dos prováveis compradores de sua mercadoria em todos os países e colônias do continente americano, o seu papel na identificação precisa das etnias dos africanos era aparentemente limitado. Daí podermos seguramente minimizar a influência dos viajantes e negociantes na identificação das etnias dos africanos trazidos para a Lusiânia. É razoável concluir que as designações étnicas que aparecem nos documentos dessa região envolvem

claramente a auto-identificação dada pelos próprios africanos. Semelhante padrão de construção identitária coloca o problema de que rapidamente os escravos perdiam o seu referencial étnico africano no processo de adaptação à América. É necessário organizar bancos de dados nos diversos países para sabermos até que ponto tal padrão pode ser generalizado.

Questões relevantes sobre os escravos e sobre a escravidão nas Américas podem ser respondidas com uma boa margem de segurança com base em cálculos feitos a partir de bancos de dados. O *Louisiana Slave Database* é atualmente a melhor ferramenta disponível. As variáveis foram desenvolvidas durante 15 anos de trabalho, a partir de informações sobre a Lusiânia encontradas em documentos manuscritos. Com algumas alterações, estas variáveis podem ser aplicadas para a documentação sobre escravos africanos e seus descendentes espalhados pelo continente americano. Existem 106.666 registros no *Louisiana Slave Database*, cada qual elaborado a partir da descrição individual contida nos manuscritos. São 14 variáveis e cada uma delas apresenta dados que permitem a comparação das informações sobre o escravo, tais como o seu nome, sexo, idade, origem, cor, tipo de documento, senhor, local, ofícios, doenças, relações familiares, envolvimento em fugas e em conspirações ou revoltas, além do preço, independentemente do valor da moeda. Os cálculos podem ser facilmente realizados a partir de diferentes recortes de tempo — anuais, quinquenais, decenais — considerando datas precisas, de diferentes administrações (francesa, espanhola, americana) e de várias localidades. Cada registro possibilita a recuperação completa dos documentos. Estes fornecem dados, sobretudo acerca do local de nascimento de cada escravo, bem como a sua “nação” de origem. Uma variedade surpreendente de “nações” africanas pode ser encontrada neles. Precisar e identificar algumas delas demandou um trabalho complexo, difícil e em alguns momentos incerto, mas ainda assim gratificante.<sup>29</sup> Os documentos foram escritos por diferentes profissionais ligados ao campo do Direito que, além de possuírem escritas diversas, não utilizavam um sistema de abreviação comum, nem mesmo seguiam um padrão ortográfico, além de alguns manuscritos estarem mal conservados e rasgados. Os registros que informavam sobre etnias ou africanos identificados com originários da Guiné — entendida como a costa da Alta Guiné — eram, na maior parte, escritos em francês (79.5%), vindo em seguida os espanhóis (18.2%) e o restante

em inglês (2.3%). Para interpretá-los corretamente tive de desenvolver uma sensibilidade distinta para cada um dos idiomas e, visando minimizar os erros, para cada forma ortográfica das “nações” criou-se um campo específico.

Nos quase 9.000 registros que contêm informações sobre as etnias africanas, aparecem 217 designações étnicas com ortografia variada. Entre elas, 96 foram identificadas e 121 (referentes apenas a 152 indivíduos) não. Entre os 8.840 africanos com identificação étnica, 96.2% estavam reunidos em 18 etnias, desde o menor grupo, formado por 68 registros dos Edo da Baía do Benin, até o mais representativo — 3.035 registros de Congos, da África Central Atlântica. Embora seja de grande interesse para os especialistas em História da África, tais números não são suficientes para estudos sobre a distribuição das etnias pelo continente americano.

**Tabela 1 — As 18 Etnias mais freqüentes na Lusiânia francesa 1723-1769**

	Homens	Mulheres	Total
Bamana	51	0	51
Mandinga	4	3	7
Nar/Mouro	3	0	3
Fula/Fulani	4	1	5
Senegal/Jalofo	15	6	21
Quissi	-	-	-
Canga	1	0	1
Fon/Alada	19	1	20
Chamba/Concomba	5	1	6
Hauçá	1	0	1
Mina	7	4	11
Nagô/Iorubá	17	5	22
Edo	0	1	1
Ibo	3	0	3
Ibio/Moco	-	-	-
Calabar	0	1	1
Congo	39	12	51
Macua	-	-	-

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.<sup>30</sup>

**Tabela 1.1 — As 18 Etnias mais freqüentes na Lusiânia espanhola 1770-1803**

	Homens	Mulheres	Total
Bamana	231	32	263
Mandinga	308	159	467
Nar/Mouro	77	28	105
Fula/Fulani	84	30	114
Senegal/Jalofo	179	134	313
Quissi	31	22	53
Canga	105	63	1
Fon/Alada	68	87	155
Chamba/Concomba	167	86	253
Hauçá	47	1	48
Mina	240	85	325
Nagô/Iorubá	163	76	239
Edo	27	23	50
Ibo	119	121	240
Ibibio/Moco	27	5	32
Calabar	54	27	81
Congo	689	310	999
Macua	53	23	76
Total	2669	1312	3981

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

**Tabela 1.2 — As 18 Etnias mais freqüentes na Lusiânia americana 1804-20**

	Homens	Mulheres	Total
Bamana	131	21	152
Mandinga	305	143	448
Nar/Mouro	21	7	28
Fula/Fulani	72	19	91
Senegal/Jalofo	169	94	263
Quissi	20	13	33

*continua*



	Homens	Mulheres	Total
Canga	104	66	170
Fon/Alada	39	29	68
Chamba/Concomba	104	52	156
Hauçá	74	10	84
Mina	183	109	292
Nagô/Iorubá	67	30	97
Edo	11	4	15
Ibo	165	116	281
Ibibio/Moco	34	16	50
Calabar	34	31	65
Congo	1336	602	1938
Macua	14	12	26
Total	2883	1374	4257

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

**Tabela 1.3 — As 18 Etnias mais freqüentes na Lusiânia americana 1719-1820**

	Homens	Mulheres	Total
Bamana	413	53	466
Mandinga	617	305	922
Nar/Mouro	101	35	136
Fula/Fulani	160	50	210
Senegal/Jalofo	363	234	597
Quissi	51	35	86
Canga	210	129	339
Fon/Alada	126	117	243
Chamba/Concomba	276	139	415
Hauçá	122	11	133
Mina	430	198	628
Nagô/Iorubá	247	111	358
Edo	38	28	66
Ibo	287	237	524

*continua*

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
Ibibio/Moco	61	21	82
Calabar	88	59	147
Congo	2064	924	2988
Macua	67	35	102
Total	5721	2721	8442

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

As tabelas 1, 1.1, 1.2 e 1.3 demonstram uma mudança de padrão na composição étnica e de gênero. Selecionando um período mais curto e elegendo uma região particular da Lusiânia, a emergência das etnias africanas nos documentos pode ser estudada mais detalhadamente. Embora a nomenclatura varie de acordo com o lugar e a época, as mesmas etnias aparecem em número significativo na documentação americana. Apesar da população escrava ser relativamente pequena no período inicial de ocupação da Lusiânia, sobretudo em relação a outras regiões norte-americanas, a riqueza de informações contidas nestas fontes é enorme e certamente única quando comparadas a outros tipos de documentos sobre a população escrava dos Estados Unidos e, mesmo, possivelmente, em relação a todo o continente americano. Excluindo os 8.645 africanos introduzidos pelo tráfico atlântico, o *Louisiana Slave Database* registrou nada menos do que 92.021 descrições de escravos. Dos 29.769 cativos que tinham o local de nascimento e a origem étnica identificados (excluindo os recém-chegados), 16.099 (54%) haviam nascido na África. Destes, 8.994 indicam a “nação” (etnia); 1.032 indicam que vieram da Guiné ou da Costa da Guiné (quase sempre da Serra Leoa/Alta Guiné, sem referência à etnia); 831 indicam apenas que eram africanos, 3.046 eram simplesmente listados como brutos ou boçais; e 2.037 (quase todos do período francês) eram considerados africanos porque haviam nascido antes do início do tráfico para a região da Lusiânia. Escravos registrados como nascidos no Caribe francês, ou originários de colônias onde se falava francês ou inglês, eram raros antes da anexação da região pelos Estados Unidos. Durante a dominação espanhola, a maioria dos cativos nascidos no Caribe provinha da Jamaica (cf. tabela 2).

Todos os escravos citados nos documentos foram registrados no *Louisiana Slave Database*, independentemente do local de nascimento estar ou não assinalado. Portanto, inclui-se toda a população cativa nos 2.903 testamentos e inventários de bens que contêm 31.399 escravos, além de 50.124 outros vendidos na Lusiânia, mas não necessariamente registrados em cartório. Poucos cativos encontrados nesta documentação foram negociados sem registro oficial durante o período da dominação francesa: 886, ou 1,8%. Durante a dominação espanhola, 12.689 (25,3%) foram negociados. Após fazer parte dos Estados Unidos, 36.549 (72%) também foram negociados e incluem os escravos que não têm identificação do local de nascimento.

**Tabela 2 — Origem dos escravos da Lusiânia, 1719-1820**

Local de Nascimento Identificado		#	%1		%2
África	“Nação” identificada	8,994	55.8%	100%	54.1%
	Apenas a região litorânea de origem	1,191	07.4%		
	“Africano,” sem mais detalhes	831	05.2%		
	“Bruto”, recém-chegado	3,046	19.0%		
	Nascido antes do tráfico	2,037	12.6%		
Total1		16,099			
América	Crioulo, nascido na Lusiânia	9,814	72.1%	100%	45.9%
	América inglesa	2,183	16.0%		
	Caribenho	1,414	10.4%		
	Nativos da América	207	1.5%		
Total2		13,618			
Total		29,717a			100 %

a. a categoria “outros” (com 52 casos) não foi incluída no total.

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

Há informações sobre os escravos introduzidos pelo tráfico no *Louisiana Slave Database*. Exatos 2.920 registros descrevem os que chegaram em embarcações provenientes do Caribe durante a dominação espanhola (1770-1803). Os escravos que chegaram na América do Norte via Caribe provavelmente não haviam nascido ou sido socializados na região antilhana. Os senhores relutavam em adquiri-los e possuíam bons motivos – normalmente tinham doenças ou eram escravos rebeldes, dos quais eles e as autoridades coloniais queriam se livrar. Lorena S. Walsh identificou o mesmo padrão em Chesapeake.<sup>31</sup> De fato, a maioria dos escravos levados do Caribe para a Lusiânia era constituída por africanos recém-chegados, adquiridos imediatamente ao aportarem em diversas partes das Antilhas. Eram escolhidos entre os que provinham de inúmeros pontos do litoral africano, embora um documento datado de 1765 indique que a baía de Biafra era um lugar proibido a traficantes marítimos que traziam escravos para o Caribe e daí para a Lusiânia.<sup>32</sup>

O estudo pioneiro de Daniel Littlefield sobre as etnias africanas da região da Carolina do Sul, com base em anúncios de escravos fugidos e outros documentos, também apontou para as ligações entre o tráfico inglês e a redistribuição de africanos realizada a partir do Caribe. Ele demonstrou ter sido constante o cuidado em manter juntos africanos originários de uma mesma zona e da mesma etnia nas regiões da América e, embora a sua metodologia e conclusões sejam utilizadas, seu livro raramente é citado.<sup>33</sup> O lugar de nascimento de 967 escravos chegados do Caribe foi identificado, e dentre eles nada menos do que 97,3% eram africanos, dos quais 97% (913) foram listados com *brutos*, não havendo nenhuma informação sobre as respectivas origens para 87,2% (726). Para 136 havia informações detalhadas sobre a procedência, com 115 registros indicando as etnias africanas e 21 mencionando apenas o porto de embarque na África. Entre os escravos embarcados do Caribe para a Lusiânia havia africanos identificados como Mandinga, Congo e Macua, trazidos em grupo na mesma viagem transatlântica. Muitos destes grupos eram, como já dissemos, vendidos para o mesmo comprador quando chegavam à Lusiânia, e apenas um destes compradores, Hilario Boutte, foi identificado como intermediário ou revendedor. Na verdade, muitos, senão a maior parte dos africanos recém-chegados do Caribe, eram comprados e transportados por proprietários de

escravos em seus próprios navios, dos quais eram os capitães. Outros eram vendidos em grupos da mesma etnia, como os 13 Mandinga trazidos da Jamaica para Lusiânia no navio *La Cathalina*, que em 1785 foram vendidos para diferentes compradores em lotes de um, um, seis e cinco cativos, respectivamente. Todos os Mandingas trazidos da Martinica no navio *Nueva Orleans*, em 1787, foram vendidos para o mesmo comprador, da mesma forma que nove Congo trazidos de São Domingos, em 1786, no navio *Rosaria*, foram adquiridos pelo mesmo senhor. Os 39 escravos Congo que chegaram no navio *Abentura*, de Havana, em 1796, foram vendidos para diversos compradores em lotes de oito a um escravos. Os 17 Macua provenientes de São Domingos no *Maria Magdalena*, em 1785, foram vendidos em três lotes de quatro, um lote de três e dois lotes de um escravo. Há, pois, indícios de que a venda de africanos a partir da redistribuição caribenha era feita de maneira a manter os escravos juntos, de acordo com seus grupos étnicos, e não de forma aleatória, fragmentando os grupos. Daí a reunião de grupos étnicos numa mesma paróquia e em testamentos e inventários.

No início do período norte-americano propriamente dito, os Congos concentraram-se na região de Orleães e na paróquia de St. Charles, onde a produção de açúcar estava crescendo. Depois da conquista da Lusiânia pelos Estados Unidos, o abastecimento de escravos congolezes foi garantido pelos navios britânicos que os traziam diretamente da África Central Atlântica, como ocorrido em 1808, quando 30 Congos chegaram no negreiro *Ana*, e a maioria parece ter sido embarcada na costa de Loango. De 1804 a 1820, os escravos vendidos na Lusiânia eram oriundos do tráfico atlântico e a maior parte deles foi introduzida por meio de portos situados na costa leste dos Estados Unidos, como Baltimore, Charleston e Norfolk. De 1804 a 1809, 72% dos escravos que aportaram na Lusiânia fizeram-no através do tráfico oceânico e, recém-chegados, eram classificados como *brutos*. Um número bastante reduzido de escravos que chegava através de navios que vinham da costa leste haviam nascido ou se socializado nos Estados Unidos. Poucos registros informam sobre o lugar de nascimento dos escravos que chegavam através do comércio atlântico entre os anos de 1810 e 1820.

**Tabela 3. Local de Nascimento: 1804-1809**

	#	%
Carolinas	1	0.4
Mandinga	5	2.1
Jalofo	6	2.5
Concomba	1	0.4
Mina	10	4.2
Congo	43	18.0
Vendido como Congo	1	0.4
Bruto	172	72.0
Total	239	100

*Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.*

Muitos escravos nascidos nos Estados Unidos apenas acompanhavam seus senhores em viagens por terra ou por mar, não sendo por isso vendidos. Contudo, certos documentos registram vendas de escravos na área do baixo Mississipi por traficantes do Kentucky, Tennessee e de outras regiões. Há informações sobre a residência dos traficantes de escravos, mas não sabemos de onde vinham os cativos por eles negociados. Havia um número razoável de contrabandistas de pretos novos operando na Lusiânia, mas a documentação sobre as viagens ilegais é escassa, embora a quantidade de africanos recém-chegados à Lusiânia, de origem étnica variada, após a ilegalidade do tráfico de escravos, indique aumento do contrabando.

Para demonstrar a importância da diáspora africana nas Américas, considerando os diversos contextos, que variam no tempo e no espaço, discutirei utilizando o exemplo de duas etnias. Em primeiro lugar os Ibo, que atualmente vivem na região leste da Nigéria; depois o exemplo dos Bamana (“Bambara”), que vivem principalmente no Mali. Durante o tráfico Atlântico, a região por onde os Ibo eram exportados foi batizada pelos europeus de Baía de Biafra ou Costa do Calabar. Quando estudamos o caso dos Ibo

nos Estados Unidos, precisamos nos concentrar no século XVIII. Embora David Northrup tenha criticado Douglas B. Chambers, Michael A. Gomez e Lorena S. Walsh, sua análise concentrou-se das duas primeiras décadas do século XVII até o ano de 1627, ano da edição do livro de Alonso de Sandoval, missionário da Companhia de Jesus. Northrup notou que Sandoval havia classificado os Ibo entre um número maior de etnias africanas consideradas *Karabali Particular* e informou que falavam muitas línguas. Sandoval observou os escravos que chegavam via Cartagena de Índias, atualmente Colômbia, e não no Peru, conforme Northrup afirma desde 1978. Cartagena de Índias era, na época, o maior porto de desembarque de africanos para a América espanhola. Muitos chegavam à beira da morte e a principal tarefa de Sandoval era se comunicar com eles com o objetivo de garantir a salvação de suas almas, instruindo sobre a fé católica e batizando-os antes que morressem, razão pela qual Sandoval deu grande importância para a língua em sua obra. A evidência acerca da diversidade lingüística que havia entre os africanos escravizados da região da Baía de Biafra não nos informa sobre as proporções da população escrava na América, mesmo durante este período particular e nesta região específica. Sandoval não registrou números e porcentagens sobre as etnias africanas que chegavam em Cartagena de Índias. Seus dados sobre a África e os africanos foram obtidos de relatórios e estudos, a maior parte realizada pelos missionários que viviam na África. Ele deixa claro quais os africanos que encontrou em Cartagena e aqueles sobre os quais ele obteve informações a partir de outras fontes. Ainda assim, a maior parte das etnias que Sandoval observou de fato foi trazida para a América, mas algumas delas sequer saíram da África. Entretanto, Sandoval escreveu numa época em que o número de escravos africanos não era significativo em terras britânicas.<sup>34</sup>

Na documentação produzida pelos portugueses, quando controlavam o *asiento*, a região da “Guiné” ou “Rio da Guiné”, referia-se à Alta Guiné. Os africanos que chegavam em Cartagena de Índias eram quase todos da Senegâmbia, Alta Guiné, freqüentemente viajando pela rota com escala nas ilhas de Cabo Verde, ou eram da África Central Atlântica, vindos diretamente do porto de Luanda, em Angola. Mas alguns navios trouxeram africanos das baías de Benin e Biafra, bem como da África Central Atlântica, chegando em Cartagena de Índias via ilha de São Tomé. De fato, estas via-

gens eram raras: são apenas 15 entre as 229 viagens registradas. Há um documento que registra o tráfico trans-atlântico de um navio que saiu de “Calabar”, em 1625, mas aportou em Vera Cruz, no México, e não em Cartagena de Índias. O estudo criterioso de Enriqueta Vila Vilar sobre o *asiento* português, que garantia o abastecimento de escravos para a América Espanhola (1595-1640), revela que, entre as viagens das quais se conhece a procedência dos navios, havia uma porcentagem baixa oriunda de São Tomé.

**Tabela 4 — Viagens para Cartagena de Índias, 1595-1640**

Partida	Número	Percentual
Alta Guiné	84	36.7%
Angola	127	55.5%
São Tomé	15	6.5%
Ardra	3	1.3%
Total	229	100%

Fonte: Enriqueta Vila Vilar, *Hispano-América y el comercio de esclavos (Sevilha, 1977), Apêndice, Quadros 3, 4 e 5.*

Excetuando os anúncios de jornais e registros de prisão onde há descrições sobre os escravos fugitivos — que freqüentemente não informam sobre a composição da população escrava —, os dados sobre as etnias africanas são esparsos na documentação em inglês produzida na América durante o século XVIII. Tal documentação não informa sobre a proporção dos Ibo originários da Baía de Biafra durante o mesmo período. Evidentemente, documentos em inglês escritos na África sobre o tráfico Atlântico e outras fontes traduzidas para a mesma língua também não ajudam muito. Segundo David Northrup:

There is no direct evidence of the origins of the slaves shipped from Old Calabar before the late eighteenth century... There is little direct evidence of the origins of slaves, but it is possible to calculate the relative percentage of speakers of the major languages in the catchment basins of the region's major slaving ports and to adjust these purely



topographical calculations with information about population densities and slaving operations.<sup>35</sup>

Se cruzarmos o Atlântico, poderemos ultrapassar tais limites. Chambers, Gómez e Walsh, escrevendo basicamente sobre o território dominado pela Inglaterra, durante o século XVIII, afirmaram que a grande maioria dos africanos da Baía de Biafra que ali aportaram era formada por Ibo. A maior estimativa de escravos Ibo ou de língua Ibo foi publicada por Chambers, que afirmou que eles somavam provavelmente 80% dos africanos oriundos da Baía de Biafra, embora, excluindo o século XVIII, ele tenha recentemente diminuído tal cifra.<sup>36</sup>

Se nos restringirmos ao Setecentos, período mais importante para os Estados Unidos, a estimativa de Chambers referente aos 80% de Ibo entre os africanos exportados de Biafra é muito próxima do número correto. Não temos evidências seguras oriundas das colônias britânicas no continente devido às escassas informações sobre as etnias africanas contidas na documentação em inglês. Mas podemos recorrer aos documentos em francês relativos ao século XVIII. Diferentemente dos registros ingleses, tais fontes, especialmente as notariais de São Domingos, Guadalupe e Lusiânia, são ricas em informações minuciosas sobre as etnias africanas. As relações de nomes de escravos na documentação notarial francesa arrolam os de língua banto, incluindo os Ibíbio e os Moco, bem como os Ibo, detalhados em alguns momentos. Na Lusiânia, a designação mais vaga de “Calabar” também aparece. Esta evidência não confirma os indícios de que os de língua bantu de dialetos Efique, Ibíbio, Moco e Ijo eram significativos nas Américas durante o século XVIII. Elas apontam para a presença de uma maioria esmagadora de africanos originários da Baía de Biafra, registrados na documentação notarial como Ibo, mesmo que assumamos que os africanos listados como “Calabar” não o fossem.

Diferentemente das evidências do lado africano, as informações encontradas no continente americano, retiradas de testamentos do século XVIII, permitem estimar as etnias registradas ao longo do tempo e do espaço, informando ainda sobre o sexo, entre outros dados. David Geggus realizou um estudo sobre São Domingos e Haiti, analisando aproximadamente 400 inventários *post-mortem* entre 1721 e 1797, os quais arrolam mais de 13.300

africanos. Este autor verificou que 90,7% (amostragem = 1.129) dos escravos vindos da Baía de Biafra eram Ibo. Havia muito poucos africanos classificados como “Calabar”.<sup>37</sup> Para o caso de Guadalupe, Nicole Vanony-Frisch analisou e organizou todos os inventários *post-mortem* que restaram e eram legíveis, arrolando os escravos para o período entre 1770 e 1789, e confirmou que 37% dos que possuíam identificação étnica foram classificados como Ibo (amostragem = 248). Não havia nenhum “Calabar” listado em sua amostra. Nos inventários da Lusiânia, registrados entre 1770 e 1789, os Ibo somavam 78,6% (amostragem = 81) de todos os africanos identificados como originários da Baía de Biafra. Os documentos cartorários da Lusiânia demonstram que, entre os africanos de língua Bantu, os Ibibio e os Moco apresentavam uma alta porcentagem de escravos do sexo masculino: 88,9%. Os classificados como “Calabar”, nos inventários da Lusiânia, entre 1770 e 1789, dividiam-se da seguinte maneira: 84,6% (amostragem = 11) de homens e 15,4% de mulheres. Um escravo do sexo masculino classificado como Ecoi e outro como Bioco foram excluídos. Embora a presença de não Ibo fosse reduzida, os africanos classificados como “Calabar” provavelmente não eram Ibo.

Durante o século XVIII havia uma alta porcentagem de Ibo exportados da Baía de Biafra: pelo menos tão alta quanto aquela que Chambers, Gómez e Walsh estimaram, mesmo que cheguemos à improvável conclusão de que nenhum africano classificado como “Calabar” na documentação americana fosse de fato Ibo. Os Ibibio e Moco, as únicas outras etnias numericamente significativas originárias da Baía de Biafra encontradas na documentação americana, registram uma presença muito maior de homens do que de mulheres, pelo menos durante o século XVIII. Os documentos da Lusiânia demonstram que os Ibo apresentavam um número um pouco maior de mulheres até 1790; a partir deste ano a situação se inverteu, passando a apresentar um número maior de homens.

**Tabela 5 – Lusitânia: Africanos exportados da Baía de Biafra nos Inventários de Bens 1770-89**

	Ibo	Ibibio e Moco	Calabar	Todos juntos
Homens	34 42.0%	88 8.9%	118 4.6%	535 1.5%
Mulheres	47 58.0%	11 1.1%	21 5.4%	504 8.5%
Total	81 78.6%	99 8.7%	139 2.6%	1039 100%

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

**Tabela 6: Guadalupe: Africanos da Baía de Biafra nos Inventários de Bens 1770-89:**

	Ibo	Moco	Todos juntos
Homem	116 47%	40 60%	156 50%
Mulher	132 53%	24 60%	156 50%
Total	248 81.6%	64 14%	312 100%

Fonte: Nicole Vanony-Frisch, Les esclaves de la Guadeloupe a la fin de l'ancien régime (Guadalupe: Bulletin de la Société d'Histoire de la Guadeloupe, Nos. 63-64, 1985).

**Tabela 7 — São Domingos: Africanos da Baía de Biafra nos Inventários de Bens 1721-97**

	Ibo	Ibibio/Bibi	Outros (Inclusive Moco)	Todos juntos
Homem	556 49.2%	54 65.1%		
Mulher	573 50.8%	29 34.9%		
Total	1129 90.7%	83 6.6%	33 2.7%	1245 100%

Fonte: David Geggus, "Sex Ratio, Age and Ethnicity in the Atlantic Slave Trade: Data from French Shipping and Plantation Records," Journal of African History, Vol. 30 (1989), pp. 23-44.

Informações do século XIX, oriundas tanto da África quanto das Américas, indicam uma maior presença de grupos de língua bantu do Noroeste do que durante o século anterior, embora os Ibo continuassem a ser majoritários. Tal fato fica evidente, do lado americano, por meio dos registros ingleses preparados para o processo de emancipação dos escravos. Dentre as cinco ilhas que possuíam registros sobre as etnias africanas, quatro eram antigas colônias francesas, e a quinta, Trinidad, foi ocupada basicamente a partir da Martinica por senhores e escravos nascidos na região, e falantes de crioulo francês (*creolle*). Esses registros britânicos do século XIX refletem uma mudança na porcentagem de Ibo nas ilhas das Índias Ocidentais, variando desde o mínimo de 52,8% em Trinidad e o máximo de 72,4% em St. Kitts. Os Ibo somavam um total de 57,2% de africanos oriundos da baía de Biafra em todas estas listagens.

**Tabela 8 — Etnias Africanas oriundas da Baía de Biafra nos registros das Índias Ocidentais britânicas. 1813-1827**

	Ibo	Bantu do noroeste/Moco	Ibibio	Outros	Total
Trinidad 1813	2863 (52.9%)	2240 (40.9%)	371 (6.8%)	21 (0.4%)	5495
Santa Lucia 1815	894 (71.5%)	291 (23.3%)	59 (4.8%)	6 (.5%)	1250
St. Kitts 1817	440 (72.4%)	164 (27.0%)		4 (0.5%)	608
Berbice 1819	111 (61.0%)	64 (35.2%)		7 (3.8%)	182
Anguilla 1827	4 (66.7%)	2 (33.3%)			6
Total	4312 (57.2%)	2761 (36.6%)	430 (5.7%)	38 (0.5%)	7541

Fonte: B. W. Higman. *Slave Populations of the British Caribbean 1807-1834* (Baltimore, 1984), Tabelas S3.1 até S3.5.

Os africanos descritos nestas listagens chegaram nas Américas depois daqueles registrados nos inventários. Quando um senhor morria, a idade média dos escravos era bem mais alta do que em outros tipos de fontes primárias. Na Lusiânia, os dados presentes em documentos de compra e venda que indicam as últimas chegadas de africanos para um período mais longo (1790-1820) contrastam com as informações de Trinidad, mas são próximos às informações de St. Kitts. A porcentagem de Ibo nestas fontes diminuiu pouco: de 78,6% para 75%. Mas as taxas de masculinidade entre os escravos identificados como “Calabar” eram próximas à proporção verificada entre os Ibo, o que muito provavelmente torna a queda acima mencionada mais aparente do que real. Os “Calabar” vendidos após o ano de 1789 apresentavam uma menor proporção de homens (48,8%) do que os Ibo (54,6%), enquanto os do grupo lingüístico Banto do Noroeste (Ibibio e Moco) apresentavam uma enorme quantidade de escravos homens (81,5%). É bastante provável que alguns dos africanos vendidos como “Calabar” na Lusiânia fossem de fato Ibo, o que aumenta a porcentagem desses para mais de 80% entre os africanos oriundos da Baía de Biafra que foram vendidos na Lusiânia entre os anos de 1790 e 1820. Estamos lidando com números baixos se comparados com os dados referentes às Índias Ocidentais britânicas. Além disso, os números podem refletir um suprimento atípico de escravos, pois, na maior parte deste período, o abastecimento de escravos para a Lusiânia era feito através do contrabando.

**Tabela 9. Africanos da Baía de Biafra vendidos por contrabando, Louisiana 1790-1820.<sup>38</sup>**

	Homens	Mulheres	Total	% do Total
Ibo	112 (54.6%)	93 (45.4%)	205	75.1%
Ibibio & Moko	22 (81.5%)	5 (18.5%)	27	9.9%
Calabar	20 (48.8%)	21 (51.2%)	41	15.0%
Total	154 (56.4%)	119 (43.6%)	273	100%

Fonte: Hall, G. Louisiana Slave Database.

Do lado africano, o censo de 1848 de Freetown (Serra Leoa) indica as etnias que foram recapturadas e trazidas pelos ingleses que eram contra o tráfico. Entre aqueles que chegaram da Baía de Biafra, excluindo os 657 Hauçás do total trabalhado por Philip Curtin, identificamos 60,9% (amostragem = 1.231) Ibo, 15,8% (amostragem = 319) Efique e 23% (amostragem = 470) Moco.<sup>39</sup> Este censo atesta uma imensa maioria de Ibo, embora com uma queda substancial quando comparado com os números do século XVIII. Portanto, os cálculos apontados aqui indicam uma queda na proporção de Ibo exportados durante o século XIX. Ainda assim, estes permaneceram majoritários entre os africanos escravizados que embarcaram na Baía de Biafra.

Deve-se evitar a generalização de padrões relativos a um período e lugar determinados da África, tanto para todo o continente como igualmente para as Américas. É infinitamente mais cômodo montar estruturas lógicas a partir de dados deficientes e projetar conclusões globais, do que estudar e controlar a riqueza dos padrões que se desenvolveram através dos tempos e de regiões nos dois lados do Atlântico. O desafio é conhecer de maneira profunda as múltiplas realidades ao longo do tempo, evitando estender demasiadamente as conclusões por meio de generalizações banais.

No início da década de 1850, por exemplo, o pastor e lingüista Sigismund W. Koelle entrevistou cinco indivíduos recapturados pelas patrulhas britânicas que reprimiam o tráfico entre os anos de 1820 e 1830 e que foram trazidos de volta para Freetown, Serra Leoa. Embora Koelle os tenha classificado como Ibo, anotou o seguinte:

Certain natives who have come from the Bight are called Ibos. In speaking to some of them respecting this name, I learned that they never had heard it till they came to Sierra Leone. In their own country they seem to have lost their general national name, like the Akus [Nago/Lukumi/Yoruba], and know only the names of their respective districts or countries. I have retained this name for the language, of which I produce specimens, as it is spoken in five of the said districts or countries.<sup>40</sup>

Estes africanos foram entrevistados por Koelle após vinte ou trinta anos de permanência em Serra Leoa. Koelle deixa transparecer certa reserva quanto à confiabilidade das informações, chamando a atenção para o fato de que as entrevistas foram feitas em inglês no início da década de 1850. A

maioria dos entrevistados talvez não lembrasse muito bem de suas origens, ou tivesse outra forma de se identificar. Ou, ainda, quem sabe, não se entendiam nem entre si e nem a Koelle devido ao uso do inglês. Dos cinco Ibo entrevistados, quatro estavam em Serra Leoa havia 30 anos, um havia 24 e outro havia onze anos, de sua captura (aos três anos de idade). Koelle afirmou que os Ibo por ele entrevistados “havam esquecido os nomes das suas nações”, assumindo, portanto, que eles antes pertenciam a alguma. A palavra “nação” não representa fielmente a realidade, mas, independentemente do termo que usavam para se auto-identificar no passado, tal não deve representar obstáculo para que estes homens se identificassem como grupos entre os vários existentes em suas regiões de origem.<sup>41</sup>

A partir desta citação, conclusões extraordinariamente transcendentais foram tiradas acerca dos africanos nas Américas: por exemplo, a de que eles viviam tão isolados e imobilizados, que não tinham consciência de que havia africanos diferentes deles, e que, por isso, os termos para identificar as etnias que aparecem na documentação americana surgiram não na África, mas sim na América, quando os recém-chegados entravam em contato com africanos etnicamente distintos. Porém, raramente os africanos viviam isolados na própria África, onde havia extensas redes de comércio anteriores ao início do tráfico Atlântico, redes estas que cresceram significativamente após a chegada de novos produtos que, de várias partes do mundo, eram trocados principalmente por escravos. As guerras para a obtenção de cativos, que causavam fuga e fome, produziram refugiados por todo o continente. Embora os Ibo possam ter vivido mais isolados do que outros africanos, devido a um sistema estatal relativamente débil e à presença tardia de europeus vindos da costa, isto não indica que eles não possuíssem uma identidade de grupo. Conclusões generalizantes estão sendo aplicadas para todos os que, na África, foram drasticamente atingidos pelo tráfico Atlântico, até mesmo para os Jalofos do Senegal. A designação Ibo era reconhecida pelos africanos muito antes de meados do século XIX. C.G.A. Oldendorp, missionário moraviano que serviu à Companhia Dinamarquesa das Índias Ocidentais em 1767 e 1768, entrevistou cinco africanos recém-chegados que se reconheceram como membros da nação Calabar. Eles relataram que viviam longe, no alto Rio Calabar, informando ainda que os Ibo eram um povo numeroso e tratava-se de “gente vizinha e amiga que falava a mesma língua que

eles”. Este mesmo missionário entrevistou um africano na Pensilvânia que se identificou como Ibo.<sup>42</sup> Ainda assim, há historiadores que, a partir dos relatórios de Koelle, concluem que os Ibo se identificavam apenas com suas aldeias e não possuíam uma identidade mais abrangente de grupo antes de serem trazidos para as Américas, onde teria surgido a designação Ibo. É evidente que os significados das designações étnicas entre os africanos, dos dois lados do Atlântico, sofreram mudanças. Eles eram registrados, escritos e pronunciados de maneiras diferentes ao longo do tempo e de acordo com o lugar. Temos de evitar generalizações e projeções de um lugar para outro e de um período a outro.

Outro exemplo deste tipo de generalização surge por ocasião da discussão acerca do termo “Bambara”, cuja forma correta de escrever e pronunciar é Bamana. Os europeus na África possuíam uma noção vaga para “Bambara”. Por exemplo, eles classificavam todos os soldados que eram escravos como “Bambara”.<sup>43</sup> É necessário trazer esta discussão sobre o termo “Bambara” para o contexto das transformações ocorridas nos dois lados do Atlântico. Sabemos que dois terços dos africanos que chegaram através do tráfico atlântico realizado pelos franceses na Lusitânia eram da Senegâmbia. Semelhante tráfico ocorreu basicamente entre os anos de 1719 e 1731, período correspondente ao início da formação do estado Bamana de Segu, quando pequenas organizações Bamana lutavam entre si para adquirir escravos que eram vendidos pelos Mandinga para os traficantes do Atlântico. Philip D. Curtin assim escreveu:

The ‘Bambara’ slaves shipped west as a result of eighteenth-century warfare or political consolidation could be dissident people who were ethnically Bambara, or they could just as well be non-Bambara victims of Bambara raiders. In any event, the first flow of ‘Bambara’ appears to have come from the northern part of the Bambara region, being transshipped by way of Jara on the Sahel. *Then, from the 1720s, the flow was more clearly from the Bambara core area, and Jahaanke were the principal carriers. This new source of Bambara slaves after about 1715 seems to be associated with the rise of Mamari Kulibali (r. 1712-55) and his foundation of the kingdom of Segu.* [grifos do autor]<sup>44</sup>

Em meados do século XVIII, o significado de Bambara para os europeus na África já se alargara profundamente. Durante a dominação espa-



nhola da Lusiânia (1770-1803), os guerreiros não Bambara estavam inseridos, em níveis diversos, na cultura e língua Bamana, uma vez que eles eram capturados nas guerras no centro da região de Bamana. Em relato publicado em 1789 pode ser lido:

Of 50 slaves who arrived [from the interior of the continent to St. Louis] there are 20 nations of different customs and language who do not understand each other. Their faces and bodies are scarred differently. These blacks are designated in Senegal by the generic name of Bambara. I have questioned many of them about their country, but they are so stupid that it is almost impossible to obtain a clear notion. One can be tempted to believe that they are taken there in flocks and that they are brought without their knowing where they come from or where they are going. Nothing bothers them, and as long as they are allowed to eat their full, they will follow their masters to the Antipodes. Their only fear when they are embarked is that they will be eaten by the whites.<sup>45</sup>

Em *Africans in Colonial Louisiana*, baseado no número de escravos Bambara envolvidos na conspiração de Samba Bambara (1731) e no total dos cativos contados no censo de 1731-32, concluí que 15% dos escravos na Lusiânia eram Bamana (Bambara). Embora não fossem a maioria durante a dominação francesa, e tampouco ao longo da dominação espanhola, os Bambara estavam bem representados entre os acusados de “crimes”, inclusive de fuga, conspiração e revolta contra a administração francesa.<sup>46</sup> Nas minhas discussões sobre até que ponto os Bambara da Lusiânia eram de fato “Bambara” estabeleci uma distinção entre o período francês (1719-1769) e o espanhol (1770-1803), que os meus críticos não perceberam. Discutindo o período espanhol, concluí que “Os Bambara, se de fato o fossem...”

O tráfico francês para Lusiânia ocorreu entre 1719 e 1731, com exceção de uma viagem originária da Senegâmbia em 1743. Tais viagens são surpreendentemente bem documentadas. Informações incorretas sobre tal tráfico foram publicadas em diversos artigos baseados em cálculos oriundos de uma primeira versão (anterior a sua publicação) do TSTD1, o qual contabilizou mal as viagens da Senegâmbia para a Lusiânia francesa, devido ao desconhecimento das localizações dos portos de chegada, especialmente o de Balize, na boca do Mississippi. A versão publicada do TSTD1 foi

corrigida de acordo com as informações sobre o tráfico francês contidas em meus levantamentos.<sup>47</sup>

Qualquer que seja o sentido de “Bambara” utilizado pelos europeus na África, a palavra tinha um significado preciso entre os escravos da Lusiânia. Os Bamana sabiam quem eram. Em 1764, um grupo de escravos e fugitivos foi preso e interrogado em Nova Orleans. O líder era Louis, dito Foy, um dos rebeldes contumazes sempre expulsos das principais colônias inglesas do Caribe, de Illinois e do sul da Lusiânia. Quando ele prestou juramento, informou que recebera dos franceses o nome de Louis, mas seu verdadeiro nome era Foy, na língua de seu país, e que era da nação Bambara. As testemunhas que depuseram sobre Foy, brancas e negras, referiam-se a ele como Foy. Andiguy, “feitor”, de Madame de Mandeville, se auto-identificou Bambara e atestou conhecer Foy porque ambos eram do mesmo “país”.

Foy havia organizado uma rede de cooperação entre escravos, fugitivos, ladrões, costureiras e vendedores de rua que faziam e vendiam roupas e comida dentre outros produtos. Eles regularmente organizavam eventos sociais, inclusive festas em Nova Orleans e no jardim de um de seus senhores. Depoimentos foram extraídos tanto do acusado como de outras pessoas, livres e escravas. Como registrado pelo advogado, estes escravos africanos se expressavam muito bem e de forma eloqüente em francês (ou, possivelmente, numa língua crioula francesa), utilizando poucas gírias e não necessitando de intérprete.

Os depoimentos desvelam uma rede na qual a maioria dos membros pertencia ao grupo lingüístico Mande e eram propriedades de vários senhores de Nova Orleans e arredores. Os depoimentos foram recolhidos de escravos e de brancos. Quando interrogados sobre como eles conheciam uns aos outros, freqüentemente respondiam que eram do mesmo “país”, o que era considerado suficiente pelo promotor. Eles roubaram uma quantidade significativa de víveres, parte cozida e consumida, parte vendida. Foy, César, (um crioulo fugitivo) e um outro cativo mataram um porco que encontraram numa propriedade jesuíta abandonada. O animal era tão gordo que eles tiveram de cortá-lo ao meio para levar para dentro dos muros da cidade. Foy vendeu parte de sua porção para os escravos de Brazilier, que moravam às margens do rio St. Jean. Ele reclamou que nunca fora pago, e que foi por isso que dera informações sobre o grupo. Foy e César ofereceram os restos

do animal aos seus companheiros em Cantrell, garantindo o abastecimento de carne por um bom tempo.

Comba e Louison, ambas mulheres Mandinga por volta dos seus 50 anos, eram comerciantes, vendiam bolos e outros produtos nas ruas de Nova Orleans. Elas tinham uma vida social bastante intensa, organizavam festas durante as quais se comia e bebia muito bem, cozinhavam crustáceos com arroz, assavam perus e galinhas, faziam churrasco de porco e de peixe, fumavam e bebiam rum. Comba prestou depoimento na prisão e informou que seu nome era Julie, dita Comba, em língua Mandê. Outros escravos que testemunharam referiam-se a ela como Mamãe Comba. Louison, escrava de Cantrell, se identificou como Mandinga. Ela vivia numa cabana, localizada nas terras de seu senhor, onde realizava suas festas, e testemunhou que sua amiga Comba, conhecida por Julie, também era Mandinga. Comba descreveu Louison como *sa paize* (conterrânea). O grupo incluía ainda outros homens Bambara, os quais, de acordo a Comba, se divertiam muito.

Foy era o líder do grupo. Verdadeiro empreendedor, ele organizava e dirigia a economia, o que envolvia a manufatura do vestuário, frequentemente feito de tecido roubado, bem como a redistribuição e venda de produtos roubados, inclusive roupas, jóias, madeira, comida e especialmente perus e galinhas. Ele empregava escravas costureiras que faziam vestidos e calças a partir dos tecidos roubados ou comprados. De acordo com a Mamãe Comba, Foy ousava costurar usando pano roubado enquanto sentava em frente ao casebre onde ela trabalhava. Ele empregava outros escravos, homens e mulheres, inclusive outros Bamana que pertenciam a vários senhores diferentes, para vender suas mercadorias. Foy era um ladrão por demais cuidadoso para roubar gado que pudesse ser facilmente identificado pelas marcas no couro. Ele lidava com objetos pequenos de difícil rastreamento, que podiam ser facilmente escondidos. Foy e seus vendedores evitavam a permuta de objetos, operavam com dinheiro, algumas vezes em grandes quantidades, para minimizar o risco de serem pegos com muitos objetos roubados.

Nesta comunidade de língua Mande, a maioria das mulheres era Mandinga e os homens Bamana. Embora eles mantivessem suas identidades étnicas, falavam línguas africanas que podiam ser entendidas entre eles, e um francês com traços do crioulo da Lusiânia, que era registrado como

“francês” pela documentação. Identificavam suas próprias etnias assim como as de seus companheiros. Compartilhavam uma longa história e uma cultura próxima na Senegâmbia, a região de origem na África. Pode-se entender a composição de gênero do grupo. Os Bamana eram prisioneiros de guerra trazidos do interior e havia poucas mulheres entre eles. Os Mandinga eram islamizados enquanto os Bamana mantinham suas religiões tradicionais. Os Mandinga compravam cativos Bamana e transportavam-nos para a costa ocidental da África, onde eram vendidos para o tráfico Atlântico de escravos, embora eles mesmos acabassem embarcados em grande número para as Américas ao longo do século XVIII. Sem dúvida, os conflitos étnicos interafricanos viam-se minorados entre aqueles que eram capturados, escravizados e enviados para uma terra estrangeira, onde, afinal, acabaram felizes por poderem encontrar e se comunicar nas suas línguas nativas com outros africanos.<sup>48</sup>

Em 1799, dois escravos adultos do sexo masculino foram vendidos na paróquia de Avoyelles pelo negreiro Peytavin Duriblon. Anotou-se no documento de venda: “Qui se disent leur nation Bambara [Eles dizem que sua nação é Bambara].”<sup>49</sup>

Naquele instante estes africanos se identificaram como Bamana. Posso apenas aceitar a sua auto-identificação. É bem provável que africanos como eles tenham desembarcado na segunda metade do século XVIII, e nem sempre sido Bamana. Alguns podem ter sido cativos incorporados pelo exército de Segu e parcialmente socializados na cultura e língua Bamana. Porém, se não aceitarmos as suas palavras, e teremos de supor que o fator étnico é genético, e, logo, imutável.

Os milhões que foram acorrentados e trazidos para as Américas precisam ser estudados de maneira mais apurada, como indivíduos e povos concretos, resgatados do anonimato que envolve o termo genérico “africanos”. Uma das virtudes da História reside no fato de impedir-nos construções demasiadamente abstratas que, na verdade, encobrem a riqueza do real. É necessário evitar a projeção de estruturas rígidas, ir além dos estudos de enfoque limitado na África, nos Estados Unidos e na América inglesa, e estudar os africanos ao longo do tempo e do espaço. As designações étnicas africanas registradas na documentação americana representam uma chave que, por sua vez, demonstra as ligações entre os africanos da África e os

africanos que viveram nas Américas. Os especialistas em história da África precisam entender e respeitar o que os dados americanos podem ensinar. Os historiadores norte-americanos que estudam a escravidão e a diáspora africana deveriam aprender mais sobre a África e a América Latina, além de manejar outros idiomas afora o inglês. Deveríamos nos esforçar para cruzar o Atlântico através dos tempos e dos espaços. A tarefa é difícil, complexa, mas fascinante e apenas se inicia.

Tradução: Heloisa Gesteira

## Notas

<sup>1</sup> Olabiyi Yai, “African Ethnonymy and Typonymy: Reflections on Decolonization”, In *African Ethnonyms and Toponyms. Anais do Encontro de Especialistas organizado pela Unesco. Paris, Julho, 3-7, 1978* (Paris, 1984), 39-40. Várias instituições contribuíram para o presente trabalho, desde o Bureau Cultural da França, o Programa de Cooperação Cultural entre o Ministério da Cultura Espanhol e Universidades dos Estados Unidos, a Fundação John Simon Guggenheim, o *Louisiana Endowment for the Humanities*, a *Historic New Orleans Collection* e a Universidade de Nova Orleans, e os apoios das Universidades de *Northeastern* e *Rutgers*. Agradeço imensamente o apoio destas instituições.

<sup>2</sup> 8 de junho de 1799, documento número 331, *Original Acts Avoyelles Parish*, Louisiana.

<sup>3</sup> BALDWIN, James. *Nobody Knows My Name; More Notes of a Native Son* (New York, 1961); Ralph Ellison, *The Invisible Man* (New York, 1952); Alex Haley, *Roots* (New York, 1976).

<sup>4</sup> Cf. FIRESTONE, David. “Anonymous Louisiana Slaves Regain Identity”, *New York Times*, 30 de julho 2000 <<http://www.nytimes.com/library/national/073000la-slaves.html>>

<sup>5</sup> ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves. Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century* (Berkeley, 1975); SUNDIATA, I. K. *From Slaving to Neoslavery: the Bight of Biafra and Fernando Po in the Era of Abolition* (Madison, 1996); SCHULER, Monica. *“Alas, Alas Kongo”: a Social History of Indentured African Immigrants to Jamaica, 1841-1865* (Baltimore, 1980).

<sup>6</sup> A metodologia foi utilizada em: CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a Census* (Madison, 1969) and MANNING, Patrick. *Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey* (Cambridge, England, 1982).

<sup>7</sup> Consultar *African Ethnonyms and Toponyms*. Os professores Jane Landers, da Universidade Vanderbilt, e Rina Cáceres, da Universidade de Costa Rica, estão preparando um atlas sobre os africanos nas Américas, com o apoio do *Harriet Tubman Resource Center on the African Diaspora*, da Universidade de York, Toronto, Canadá.

<sup>8</sup> O termo não é corretamente utilizado por MULIN, Michael. *Africa in America: Slave Acculturation and Resistance in the American South and the British Caribbean 1736-1831* (Urbana, 1992).

<sup>9</sup> Sobre conflitos entre os filhos das concubinas ver, especialmente, o trabalho de NIANE, D. T. *Sundiata: an Epic of Old Mali*, trans G.D. Pickett (London, 1965); sobre o estado Segu “Bambara”, consultar HALL, Gwendolyn Midlo, *Africans in Colonial Louisiana: the Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century* (Baton Rouge, 1992), 42-45; sobre a África Centro-Occidental, consultar VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna. A History of Central African States Until European Occupation* (Madison, 1966), 139-40, e MILLER, Joseph C. *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* (Oxford, 1976), 128-73.

<sup>10</sup> COSTA e SILVA, Alberto da. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (Rio de Janeiro, 2002), 153.

<sup>11</sup> GEGGUS, David. “Sex Ratio, Age and Ethnicity in the Atlantic Slave Trade: Data from French Shipping and Plantation Records”, *Journal of African History*, Vol. 30 (1989), 23-44. Para os escravos Congo identificados como Angola nos documentos da Carolina do Sul, conferir o trabalho de THORNTON, John K. “African Dimensions of the Stono Rebellion”, *American Historical Review*, XCVI (1991), 1101-1113; cálculo retirado de HALL, *Louisiana Slave Database*.

<sup>12</sup> BUHNER, Stephan. “Ethnic Origins of Peruvian Slaves (1548-1650): Figures for Upper Guinea”, *Paideuma*, 39 (1993), 57-110.

<sup>13</sup> HOWARD, Philip A. *Changing History. Afro-Cuban Cabildos and Societies of Color in the Nineteenth Century* (Baton Rouge, 1998), 27, 37, 39, 74.

<sup>14</sup> Cf. o livro de KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808/1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, onde pode ser apreciada a sua discussão, cuidadosa e sofisticada, sobre os significados das designações étnicas e raciais dos escravos nos documentos brasileiros. pp. 35-66.

<sup>15</sup> MEDEIROS, Eduardo “Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique”; ALPERS, Edward A. “‘Moçambiques’ in: Brazil: another Dimension of the African Diaspora”, papers apresentados no encontro Enslaving Connections: Africa and Brazil During the Era of the Slave Trade, Universidade de York, 12-15/10/2000. In CURTO, José C. e SOULODRE-LAFRANCE, R. (editores) *Africa and the Americas: Interconnections during the Slave Trade*. (No prelo).

<sup>16</sup> HALL, Gwendolyn Midlo. “African Ethnicities and the Meanings of Mina”. In: LOVEJOY, Paul E. e TROTMAN, David (editores). *Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the American Diaspora*. Londres, no prelo.

<sup>17</sup> Procédure criminelle contra la nommée Celeste de Jacob Beam et de nommé Urbin nègre (Processo Criminal contra Celeste de Jacob Beam e Urbin, negro), Março – Junho, 1802, *Original Acts Opelousas Post*, Louisiana.

<sup>18</sup> DIOUF, Sylviane A. *Servants of Allah. African Muslims Enslaved in the Americas* (New York, 1998), pp. 60, 78, 87, 180.

<sup>19</sup> Le Page du Pratz, *Histoire de la Louisiane* (Paris, 1758), I, 342, 343n, 344-45.

<sup>20</sup> Em espanhol no original. Sobre os primeiros *lanzados* nas ilhas de Cabo Verde e na Alta Guiné, ver COSTA E SILVA, Alberto. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de*

1500 a 1700 (Rio de Janeiro, 2002), 229-280. Sobre os afro-portugueses em Angola durante o século passado, ver MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830* (Madison, 1988), 245-283. Para o uso da lingual Mandigo por toda a Alta Guiné, conferir SANDOVAL, Alonso de. *Un tratado sobre la esclavitud*, Enriqueta Vila Vilar, ed. (Madrid, 1987), 136-7. Uma síntese recente sobre a escravidão nos Estados Unidos, baseada nas mudanças detectadas ao longo do e dos lugares, pode ser encontrada em BERLIN, Ira. *Many Thousands Gone. The First Two Centuries of Slavery in North America* (Cambridge: Massachusetts, 1998).

<sup>21</sup> MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *An Anthropological Approach to the Afro-American Past: a Caribbean Perspective* (Philadelphia, 1976). A reedição foi intitulada *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Perspective* (Boston, 1992).

<sup>22</sup> Recentemente publicado em CD. Ver, ELTIS, David et alli. *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM* (Cambridge, England, 1999); HALL, Gwendolyn Midlo. *Databases for the Study of Afro-Louisiana History and Genealogy, 1719-1860. Computerized Information from Original Manuscript Sources. A Compact Disk Publication* (Baton Rouge, 2000). HALL, *Louisiana Slave Database 1719-1820. A Louisiana Slave Database*, com instrumento de busca e “download” gratuito para a *The Louisiana Free Database 1719-1820* estão disponíveis em <http://www.ibiblio.org/laslave/index.html>. Estudos sobre o Brasil feitos a partir de bancos de dados sobre o tráfico de escravos e outros documentos brasileiros ver, FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997; estudos feitos a partir de banco de dados formados com outros tipos de documentação brasileira, ver FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Trabalhos feitos a partir de bancos de dados constituídos com a documentação de Guadalupe no final do Antigo Regime, ver VANONY-FRISCH, Nicole. *Les esclaves de la Guadeloupe a la fin de l’ancien régime*, Boletim da Sociedade de História de Guadalupe, Nos. 63-64, 1985. Para uma síntese acerca de alguns trabalhos que se baseiam nos cálculos a partir da *Trans-Atlantic Slave Trade Database*, bem como as interpretações do autor sobre o tráfico de escravos no Atlântico, ver ELTIS, David. *The Rise of African Slavery in the Americas*: (Cambridge, England, 2000).

<sup>23</sup> Sobre a construção de etnias africanas pelos colonizadores europeus na África do Sul, verificar VAIL, Leroy (ed.) *The Creation of Tribalism in Southern Africa* (Berkeley, 1988). Há uma discussão bastante cuidadosa em MILLER, Joseph C. “Central Africa During the Era of the Slave Trade, c. 1490s-1850s”. In: HEYWOOD, Linda M. (ed) *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora* (Cambridge, England, 2002), 21-70; THORNTON, John. *Africa and Africans in the Atlantic World* (Cambridge, England, 1992).

<sup>24</sup> ALPERS, Edward. *Ivory and Slaves. Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century* (Berkeley, 1975), 223 –27, citando Lyons McLeod and Frederic Elton, cônsules britânicos em Moçambique durante as décadas de 1850 e 1870.

<sup>25</sup> DIOP, Cheikh. “A Methodology for the Study of Migrations”, In: *African Ethnonyms and Toponyms*, 86-109.

<sup>26</sup> BARRY, Boubacar. *La Sénégambie du xvième au xixième siècle: traite négrière, Islam et Conquête coloniale* (Paris, 1988), 35.

<sup>27</sup> *African Ethnonyms and Toponyms*.

<sup>28</sup> 11 de abril de 1738; 9 de setembro de 1743, Documento #6, Relatório do French Superior Council, Louisiana Historical Center, Louisiana State Museum, Nova Orleans; Dezembro de 1802, Pointe Coupée Parish Records, New Roads, Louisiana.

<sup>29</sup> Desde 1996, membros da comunidade intelectual internacional contribuem generosamente com suas experiências na identificação de etnias africanas ainda não conhecidas através da H-Africa.net e por meio de e.mail. Agradecemos as participações de Adam Jones, Owen Kalinga, Martin Klein, Robin Law, Michael Levin, Paul Lovejoy, Joseph C. Miller, Bruce Mouser, Mikael Parkvall e Stephen Rockel. O Dr. Ibrahima Seck, um historiador do Senegal, descendente de Wolof e Fulbe, ajudou a identificar muitos nomes africanos oriundos destas etnias, com as quais tem familiaridade. (Code 4 em Tipos de Nome, campo contendo nomes africanos — aproximadamente 10,366 casos);

<sup>30</sup> *4/5 dos Congos durante o período francês eram jovens, apareciam nos documentos datados desde 1760 com uma média de 8 anos menos do que os escravos de outras etnias identificadas. A maioria deles provavelmente chegou no Judith, navio inglês vindo de Malemo, na África Central Atlântica (chamada de Angola pelos britânicos); o navio foi capturado pelos franceses em 1758. Dos 125 escravos Congos vendidos na Luisiana, oriundos deste carregamento, 52 (42%) eram crianças. Outros escravos da mesma região africana foram contrabandeados pelos traficantes britânicos em fins de 1750 ou introduzidos pela redistribuição de escravos através do Caribe durante a década de 1760.*

<sup>31</sup> Verificar HALL, Gwendolyn Midlo. “Myths About Creole Culture in Louisiana: Slaves, Africans, Blacks, Mixed Bloods, and Caribbeans”, *In: Cultural Vistas*, vol. 12, no. 2, pp. 78-89, verão de 2001; HALL. *Africans in Colonial Louisiana*, 58, 179, 180, 284; WALSH, Lorena S. “The Chesapeake Slave Trade: Regional Patterns, African Origins, and Some Implications”, *In: William and Mary Quarterly*, 3ª série, Vol. LVIII, No. 1, Janeiro, 2001.

<sup>32</sup> “In search of the Invisible Senegambians : the Louisiana Slave Database (1723-1820)”, *In: Saint-Louis et l’Esclavage, Actes du symposium international sur la traite négrière à Saint-Louis du Sénégal et dans son arrière-pays*, Saint-Louis, 18, 19 e 20 de dezembro de 1998 ; SAMB, Djibril (ed) Institut Fondamental d’Afrique Noir [IFAN], *Initiations et Études Africaines*, 39 (Dakar, February, 2001), 237-64.

<sup>33</sup> LITTLEFIELD, Daniel C. *Rice and Slaves: Ethnicity and the Slave Trade in Colonial South Carolina* (Baton Rouge, 1981), 115-173. WALSCH, “The Chesapeake Slave Trade.”

<sup>34</sup> Os documentos podem ser encontrados nas edições de 1627 e 1647 do livro de Alonso Sandoval e na publicação fac simile de 1627. SANDOVAL, Alonso de. *De Instauranda Aethiopia Saalute: el mundo de la esclavitud negra en America*, (Bogota, 1956).

<sup>35</sup> NORTHRUP, David. “Ibo and Myth Ibo: Culture and Ethnicity in the Atlantic World, 1600-1850”, *In: Slavery and Abolition*, Vol. 21, No. 3, Dezembro, 2000.

<sup>36</sup> GOMEZ, Michael A. *Exchanging our Country Marks. The Transformation of African Identities in the Colonial and Antebellum South* (Chapel Hill, 1998); WALSH, Lorena S. *From Calabar*



to Carter's Grove. *The History of a Virginia Slave Community* (Charlottesville, 1997); CHAMBERS, Douglas B. "My own nation': Ibo Exiles in the Diaspora", *Slavery and Abolition* (18, no. 1, 1977, 72-97); CHAMBERS, Douglas B. "The significance of Ibo in the Bight of Biafra Slave Trade: A Rejoinder to Northrup's 'Myth Ibo,'" *Slavery and Abolition*, no prelo.

<sup>37</sup> Comunicação de David Geggus, setembro, 2002.

<sup>38</sup> Cálculo retirado de HALL, *Louisiana Slave Database*.

<sup>39</sup> CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a Census* (Madison, 1969), tabela 71, 245.

<sup>40</sup> Reverendo Sigismund Koelle, *Polyglotta Africana*, ed. P.E.H. Hair (1854; Graz Austria, 1963 edition), 7-8, citado por CHAMBERS, Douglas B. "My Own nation': Ibo Exiles in the Diaspora", *In: Slavery and Abolition*, 18, 1 (1997), 72-97, e NORTHROP, David. *Africa's Discovery of Europe 1450-1850*. (New York & Oxford, 2002), p. 131.

<sup>41</sup> Sigismund Wilhelm Keolle, *Polyglotta Africana*, P. E. H. Hair and David Dalby, ed (1963, Graz, Austria, 1963 [1854]), 7, 8.

<sup>42</sup> BROWN, Soi-Daniel W. "From the Tongues of Africa: a Partial translation of Oldendorp's Interviews." *In: Plantation Society*, II, 1 (April 1983), 37-61.

<sup>43</sup> Os nomes e as designações étnicas são significativos na África. Durante a minha viagem para fazer conferências em países africanos de língua francesa, em 1987, fui informada, de forma enfática e com indignação, de que deveria utilizar a designação étnica Bamana, e não Bambara. David Hackett Fischer teve uma experiência similar durante sua viagem para o Mali. Continuei escrevendo Bambara porque é uma forma comum nas línguas européias. Entretanto, agora utilizo Bamana porque Bambara remete a um insulto sarcástico criado pelos africanos islâmicos: um neologismo que transformou o termo Bambara em sinônimo de bárbaro (*barbar* em Árabe). VYDRINE, Valentin. *Manding-English Dictionary (Maninka, Bamana)*, I, (St. Petersburg, 1999) 77-9. Em suas discussões elucidativas sobre as várias interpretações acerca dos grupos lingüísticos Mande e o entendimento mútuo de várias etnias, Vydrine critica a predominância de uma "subestimação da proximidade das línguas Mande", 7-11.

<sup>44</sup> CURTIN, Philip D. *Economic change in Pre-Colonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade* (Madison, 1975), 179.

<sup>45</sup> LAMIRAL. *L'Afrique et le Peuple Africain considérés sous leurs rapports* (Paris, 1789), *In: 8*°, 184. Citado em DEBIEN, Gabriel. "Les origines des esclaves aux Antilles." *In: Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noir*, Série B, XXIII (1961), 363-387, p. 376.

<sup>46</sup> HALL. *Africans in Colonial Louisiana*, 112. Para o período espanhol conferir os Apêndices B e C, 400-06. Estudos subseqüentes dos padrões do tráfico de escravos na Senegâmbia durante a década de 1720 indicam que estes números são baixos. Cf. SEARING, James. *West African Slavery and Atlantic Commerce: the Senegal River Valley 1700-1860*. Cambridge: 1993.

<sup>47</sup> Sobre os vários povos classificados como "Bambara" no Senegal, ver Hall *Africans in Colonial Louisiana*, 42-4, 112, 288-89. Sobre o tráfico transatlântico francês para a Luisiana conferir fig. 2, p. 35, Tabela 2, p. 60, Apêndice A, pp. 381-99. Para uma discussão sobre o

incentivo dado aos Segu para capturar e vender soldados de áreas vizinhas, ver o trabalho de ROBERTS, Robert L. *Warriors, Merchants and Slaves: the State and the Economy in the Middle Niger Valley, 1700-1914* (Stanford, 1987). Uma interpretação incorreta do meu trabalho pode ser verificada no artigo amplamente citado de MORGAN, Philip D. "Cultural Implications of the Atlantic Slave Trade: African Regional Origins, American Destinations, and New World Development", In. *Slavery & Abolition*, 18, (1997).

<sup>48</sup>1764.09.05.02: Confronto entre o negro Louis dito Foy e a negra Comba; 1764.09.10.01. Interrogatório, sob tortura, de Louis, dito Foy, feito pelo juiz Foucault; 1764.09.04.01. Testemunho de Comba, escrava dos Cacuchins.

<sup>49</sup> 8 de Junho, 1799, documento #331, *Avoyelles Parish*. O documento foi incluído na base de dados de HALL. *Louisiana Slave Database*.

## Resumo

*O artigo demonstra a aplicabilidade de novas metodologias, especialmente a utilização de cálculos efetuados a partir da montagem de bancos de dados relacionais constituídos a partir de documentos variados, gerados na América e no âmbito do comércio negreiro através do Atlântico. Tais documentos são fundamentais para a identificação das etnias dos africanos desembarcados nas Américas ao longo de quase quatro séculos, permitindo analisar o sentido das designações étnicas em vários idiomas, suas mudanças e variadas aplicações no tempo e no espaço.*

*Palavras-chave: África, Escravidão, Banco de dados.*

## Abstract

*The article is a demonstration of the application of new methodologies, especially the creation and use of calculations made on relational databases using various types of documents generated in America as well as Atlantic slave trade documents, to identify African ethnicities who arrived America in significant numbers during the four centuries of the Atlantic slave trade: their origins in Africa, what ethnicity designations meant in various languages, how these designations changed and how they were used at various times and places, to what extent they were self-identifications, and where why they were clustered over time and place in America.*

*Keywords: Africa, Slavery, Database.*

(recebido em maio e aprovado em julho de 2004)